APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

De:	APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores <info@appconsultores.org.pt>
Enviado:	9 de junho de 2021 18:28
Para:	APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (info@appconsultores.org.pt)
Assunto:	CIRCULAR Nº 9/21 - ASSEMBLEIA GERAL DA APPC | 25 junho 2021 | 9h00
Anexos:	AG APPC 2021 - Convocatória.pdf; APPC - Relatorio Atividades e Contas 2020 + Plano Atividades e Orcamento 2021.pdf

APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

Lisboa, 9 de junho de 2021

CIRCULAR Nº 9/21

Assunto: ASSEMBLEIA GERAL DA APPC, 25 de junho de 2021 - envio de documentação

Tendo em vista a realização da **Assembleia Geral da APPC** no próximo dia **25 de junho** (6ª feira), pelas **9h00**, através de meios de comunicação à distância, por via telemática, com recurso a videoconferência, junto enviamos a seguinte documentação:

- **Convocatória**
- **AG 2021 - Relatório de Atividades e Contas de 2020 e Plano de Atividades e Orçamento para 2021**

Com os melhores cumprimentos,

O Secretariado da APPC

APPC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROJECTISTAS E CONSULTORES
Av. António Augusto de Aguiar, 126 - 7º - 1050-020 Lisboa
Tel.: 21 358 07 85 **| Fax:** 21 315 04 13 **| E-mail:** info@appconsultores.org.pt
Internet: www.appconsultores.org.pt | **NIF:** 501 111 751

C O N V O C A T Ó R I A

Nos termos dos Estatutos e da Lei, convoco a **Assembleia Geral (AG) da APPC** - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores para reunir em sessão ordinária, no dia **25 de junho de 2021**, às **9h00m**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. **Apreciação e aprovação do Relatório e Contas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal, relativamente a 2020**
2. **Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021**
3. **Informações e deliberações sobre outros assuntos de interesse da Associação.**

A **AG** iniciar-se-á nos termos do art.º 16º dos Estatutos, com qualquer número de Associados se, meia hora depois da primeira convocação, não estiver a participar a maioria dos membros com direito a voto.

A **AG** realizar-se-á através de meios de **comunicação à distância**, por via telemática, com recurso a videoconferência. Para participar na **AG** através de videoconferência os Associados devem requerer a sua **inscrição** até ao terceiro dia útil anterior (inclusive) ao da realização da **AG**.

Para tal deverão **enviar um e-mail** para o endereço info@appconsultores.org.pt, para que lhes seja facultado link de acesso à videoconferência, o qual é pessoal e intransmissível, devendo ainda o Associado garantir que nenhuma pessoa sem direito a participar na **AG** assista à mesma.

No requerimento para participar na **AG** os Associados devem identificar-se do seguinte modo:

a) **no caso de pessoa singular:** nome completo, número de documento de identificação e validade, número de contribuinte, morada, contacto telefónico e e-mail;

b) **no caso de pessoa coletiva:** firma ou denominação social, número de identificação de pessoa coletiva, sede, contacto telefónico, e-mail e identificação de quem a representa.

Lisboa, 8 de junho de 2021

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

(Representante da COBA, Eng. Fernando Prioste, Presidente)

APPC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROJECTISTAS E CONSULTORES

ASSEMBLEIA GERAL DE 2021

PARTE I

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020

PARTE II

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2021

ÍNDICE

PARTE I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020

A - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 3

1. Introdução 3

2. O fenómeno da pandemia da COVID-19 e os inquéritos feitos pela APPC aos associados ... 3

3. Principais ações realizadas pela associação 7

4. Ações com vista ao reforço do papel da APPC 8

4.1 - Movimento de Associados 8
4.2 - Comunicação interna (associados) 8
4.3 - Comunicação externa 9
4.4 - Seguro de Responsabilidade Civil Profissional 10
4.5 - Apoio Jurídico 10
4.6 - Relacionamento da APPC com organizações, entidades públicas e governamentais, membros do Governo e outros 10
4.6.1 - Organizações de interesse público 10
4.6.2 - Entidades públicas e governamentais 12
4.6.3 - Outros 13
4.7 - Relacionamento com as principais empresas contratantes 13
4.8 - Funcionamento da Secção de Gestão de Empreendimentos (SGE) 14
4.9 - Lançamento do Grupo de Trabalho sobre Melhoria da Contratação Pública 16

5. Atividades a nível internacional 17

5.1 - EFCA - Federação Europeia das Associações de Consultores de Engenharia 17
5.1.1 - Reunião da Assembleia Geral 17
5.1.2 - Reuniões dos Diretores e Secretários-Gerais 18
5.1.3 - Comités 18
5.1.4 - Reuniões do "Board" 19
5.2 - FEACO - Federação Europeia das Associações de Consultores de Gestão 20
5.3 - FIDIC - Federação Internacional de Engenheiros Consultores 20
5.4 - FEPAC - Federação Pan-americana de Consultores 20

B - CONTAS 22

PARTE II - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2021

A - PLANO DE ATIVIDADES 27

1. Enquadramento Geral 27

2. A APPC 28

3. Atividades fundamentais em 2021 28

4. Atividades comuns da APPC 29

B - ORÇAMENTO 35

PARTE I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2020

A - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Introdução

A Direção em funções vem por este meio, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submeter aos Associados o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro.

Em cumprimento do programa de candidatura apresentado em 2019, a Direção continuou a dar prioridade às seguintes linhas programáticas:

1. Reforço da representatividade da APPC como associação empresarial de qualquer uma das suas componentes setoriais: engenharia, arquitetura, ambiente, economia e gestão

2. Aumento da notoriedade e influência da APPC junto das instituições públicas responsáveis pelo conteúdo da produção legislativa e normativa de enquadramento do acesso e exercício da atividade, junto dos principais clientes e de outras associações profissionais e empresariais

3. Qualidade e exigência nas condições de exercício da atividade.

Em 2020 a Direção que liderou a associação, eleita em 2019, teve a seguinte composição:

- **PROFICO**.....Eng. Jorge Meneses (Presidente)
- **CAMPO D'ÁGUA** .....Eng.ª Ana Sofia Azevedo (Vogal)
- **FASE** .....Eng. José A. Rocha de Almeida (Vogal)
- **LCW Consult**.....Eng. José Paulo Cruz (Vogal)
- **NLA - Nuno Leónidas Arq.** ...Arq. Fernando Castello-Branco (Vogal)
- **NRV | NORVIA** .....Eng. Tomás Espírito Santo (Vogal)
- **SENER-ENGIVIA**.....Eng. Ricardo Sardinha (Vogal)

- **Diretor Executivo……** Dr José Pinho

O presente Relatório reporta-se ao Plano de Atividades de 2020, refletindo-se essas atividades nas Contas referentes ao exercício, que figuram no Capítulo B.

2. O fenómeno da pandemia da COVID-19 e os inquéritos feitos pela APPC aos associados

O fenómeno da COVID 19

Como é do conhecimento geral, no final de 2019 surgiu na China uma epidemia que em 2020 veio a alastrar-se progressivamente a todo o mundo, revolucionando completamente o modo de vida das populações, causando um caos económico e o aumento das desigualdades sociais, para além da perda de vidas humanas.

No dia 12 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde confirmou o novo coronavírus como agente epidémico de um surto de pneumonias atípicas de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, o qual foi reportado à OMS no dia 31 de dezembro de 2019.
O vírus da COVID-19 entrou oficialmente em Portugal no dia 2 de março de 2020, quando foi reportado que dois homens, de 60 e 33 anos, testaram positivo ao SARS-CoV-2. No final do ano registavam-se 413.678 casos confirmados, um total de 6.906 mortes e 334.276 pessoas recuperadas.

No dia 18 de março de 2020 é declarado o "estado de emergência" e também o confinamento em todo o país, retirando direitos e colocando restrições de circulação a toda a população, encerrando todos os comércios exceto supermercados, farmácias, postos de combustível e restaurantes que funcionassem em "take-away" e impondo o teletrabalho nas atividades onde era possível. Até ao final do ano o país sofreu 2 vagas de covid-19.

A pandemia da COVID-19 teve efeitos consideráveis na economia portuguesa. Em 2020 verificou-se um decréscimo de 7,6% do PIB. Um dos principais setores afetados foi o turismo, que em 2020 registou uma queda de 75% na procura turística internacional. Ao nível do emprego verificou-se a perda de cerca de 100 mil postos de trabalho, as exportações reduziram 10%, a dívida pública disparou, com o Governo a ter de lançar apoios massivos à economia. Uma das medidas tomadas foi a aplicação do "lay-off" simplificado que impediu uma situação de desemprego mais grave.

O setor de consultoria e projeto não foi dos mais afetados por esta crise, dado que as atividades que são feitas nas instalações das empresas podem, na sua maioria, ser efetuadas em teletrabalho, embora com uma redução de produtividade que poderá rondar os 20%. O setor acabou, inevitavelmente, por sentir também os efeitos da crise económica que se instalou, que afetou setores com os quais o setor se interrelaciona.

No inquérito mais recente que a APPC lançou aos associados, no final de dezembro / início de janeiro, verificou-se que ao nível da dinâmica comercial, ou seja, do ritmo de oportunidades/concursos, 80% das empresas disseram que sentiram um abrandamento em relação a clientes privados e 53% das empresas também o referiram em relação a clientes públicos. Nos clientes privados, 50% das empresas percecionou abrandamento superior a 10%. Nos clientes públicos eram 40% as empresas que percecionavam abrandamento de mais de 10%. Quanto a impacto na tesouraria, 56% das empresas disseram que estavam a sentir impacto relativamente a atrasos de pagamento de clientes privados, enquanto 36% o referiram relativamente a clientes do setor público.

Impacto da COVID 19 nas atividades da APPC

A partir da Reunião de Direção realizada no dia 1 de abril de 2020, a Direção passou a reunir-se através de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom. Ao longo do ano a Secção de Gestão de Empreendimentos (que iniciou as suas atividades em 2019) reuniu diversas vezes, e a partir da sua 3ª reunião passou a reunir por videoconferência. O Grupo de Trabalho sobre Melhoria da Contratação Pública, que teve a sua primeira reunião no dia 19 de novembro de 2020, nunca reuniu presencialmente, teve sempre reuniões por videoconferência.

As reuniões com entidades parceiras ou relacionadas nacionais e internacionais passaram também a realizar-se da mesma forma.

As reuniões feitas "online" têm a vantagem de permitir que mais pessoas compareçam, pois não são necessárias deslocações. No entanto, perde-se muita da dinâmica, capacidade de relacionamento e vivacidade que caraterizam as reuniões presenciais.

A Direção e os membros da secção de gestão de empreendimentos e do grupo de trabalho sobre melhoria da contratação pública tiveram de se adaptar a esta nova modalidade. As primeiras reuniões tiveram uma duração menor e agendas mais curtas. Foi só a partir de meados do ano que as reuniões começaram a assemelhar-se com as reuniões presenciais, em termos de dinâmica e de abordagem dos assuntos.

Inquéritos aos associados sobre as consequências da COVID-19 para o setor

Procurando ir acompanhando e antecipando o impacto sobre o setor de consultoria e projeto resultante da crise sanitária e dos diversos estados de emergência e calamidade decretados, a APPC realizou até ao final do ano 6 inquéritos às empresas associadas, o último dos quais foi lançado no dia 23 de dezembro de 2020 e recolheu respostas até ao dia 6 de janeiro de 2021.

O inquérito de dezembro foi respondido por 46 empresas. Globalmente, já 80 empresas associadas tinham

respondido a algum dos inquéritos lançados, o que evidenciava elevado nível de participação.

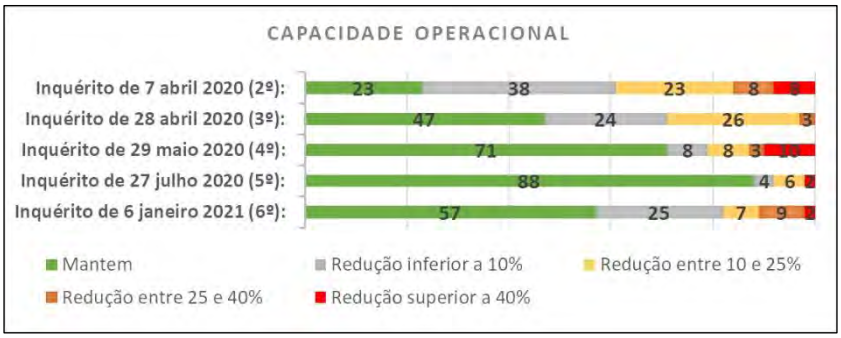
Apresentam-se aqui os resultados dos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º inquéritos, começando pelo 6º. O 1º inquérito teve um formato que não possibilitou a comparação com os inquéritos posteriores.

Por forma a que se tenha também uma "imagem" da evolução da perspetiva das empresas, apresentam-se aqui gráficos que evidenciam a evolução de aspetos particularmente sensíveis.

Resultados do 6º inquérito:

Questão 1 - Sobre a manutenção da capacidade operacional por comparação com a fase pré-COVID-19

57% das empresas assinalam que se manteve, 25% que se reduziu até 10% e 18% assinalam redução superior a 10%.



Embora a questão não seja exatamente a formulada em inquéritos anteriores, observa-se significativa degradação (cerca de 30 pontos) da perceção das empresas.

Questão 2 - Sobre o modo da prestação efetiva de trabalho (em média)

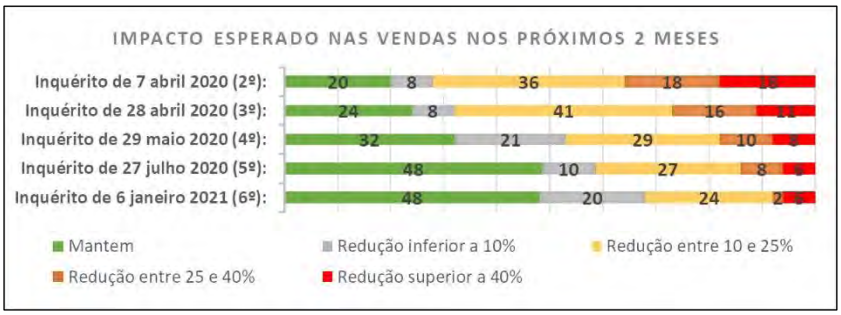
45% do pessoal das empresas encontra-se no seu local habitual de trabalho, tendo aumentado para 54% os que se encontram em regime de teletrabalho, enquanto menos de 1% se encontra em baixa médica ou em apoio aos filhos. Verifica-se que se interrompeu a tendência de regresso ao local habitual de trabalho, em função das medidas decorrentes da evolução da situação pandémica.
Relativamente à questão sobre se a empresa tenciona recorrer a Lay-off, voltam a ser cerca de 10% as empresas que respondem positivamente, dizendo que representa 56% da massa salarial, em média.

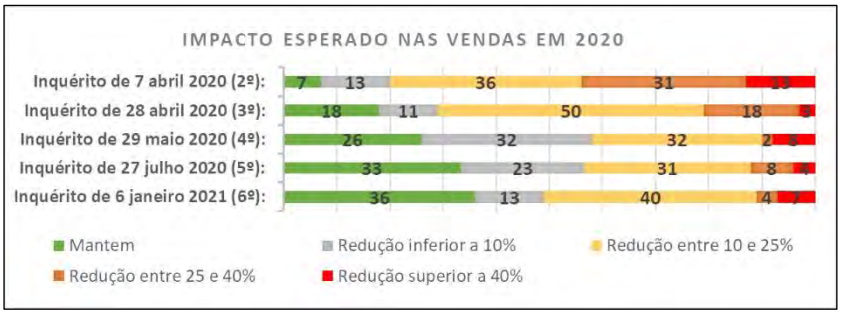
Questão 3 - Sobre investimentos na área da informática para fazer face à situação

73% das empresas indicam ter tido necessidade de investir neste domínio, o que representa uma subida adicional de 4 pontos percentuais em relação ao inquérito anterior. A necessidade de investimento adicional neste domínio decorre certamente do prolongamento da situação.

Questão 4 - Sobre o impacto nas Vendas

São 48% as empresas que indicam não prever redução do volume de negócios nos próximos 2 meses e são 36% as que indicam não o prever para a totalidade do ano de 2020.
Em ambos os prazos verifica-se alguma estabilidade da perspetiva.
20% admitem reduções inferiores a 10% nos próximos 2 meses e 13% no universo da totalidade do ano de 2020
32% das empresas indicam prever reduções superiores a 10% nos próximos 2 meses e 51% das empresas preveem perdas superiores a 10% na totalidade do ano de 2020
8% das empresas preveem reduções superiores a 25% em 2 meses e 11% indicam reduções superiores a 25% no global do ano de 2020.





Relativamente à questão de saber se os trabalhos em curso se desenrolam com mais lentidão devido a dificuldades do Dono de Obra ou de terceiros, 33% das empresas responde que não, mas, uma significativa parte (50%) assinala suspensões até 25%.
Mais atingidos pelo alongamento dos prazos são reportados trabalhos de Fiscalização (29%), Projeto (39%), sendo estimados em 32% os relativos a trabalhos suspensos no domínio da Consultoria.

Sobre as expetativas de evolução do volume global de negócios em 2021 (por comparação com 2019), obtêm-se os seguintes resultados:

32% das empresas consideram que a tendência é de estabilidade
23% das empresas admitem crescimento (de 27%, em média)
45% das empresas admitem redução (de 23%, em média)
Este é um dado muito preocupante e que certamente revela receio de atrasos na concretização dos investimentos programados.

Questão 5 - Na dinâmica comercial, sente-se abrandamento do ritmo de oportunidades/ concursos?

80% das empresas sentem esse abrandamento em relação a clientes privados e 53% das empresas também o referem em relação a clientes públicos.
Nos clientes privados, 50% das empresas perceciona abrandamento superior a 10%. Nos clientes públicos são 40% as empresas que percecionam abrandamento de mais de 10%. As empresas estão a sentir um significativo abrandamento por parte dos clientes públicos.

Questão 6 - Está a sentir impacto na Tesouraria da Empresa?

56% das empresas sentem impacto relativamente a atrasos de pagamento de clientes privados, enquanto 36% o referem relativamente a clientes do setor público.

Questão 7 - Tem sentido constrangimentos na atividade internacional da Empresa?

Esta questão só devia ser respondida pelas empresas em que a atividade internacional represente mais de 10% do volume de negócios, pelo que apenas 20 empresas responderam nesta edição, sendo que 45% referem constrangimentos com algum significado e 30% com muito significado, ao passo que 25% das empresas referem não ter sentido constrangimentos.
60% das empresas assinalam a suspensão do contrato por parte do cliente como uma das causas,

25% assinalam o facto de os recursos humanos alocados terem de deixar o país-cliente e 65% referem a inexistência de condições para assegurar a logística e os meios adequados.

3. Principais ações realizadas pela associação

O **Projeto Engenharia e Arquitetura no Mundo**, submetido pela APPC em 2017 ao SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas, no quadro do Portugal 2020 e do Programa Operacional COMPETE 2020, que teve como principais objetivos a competitividade e a internacionalização, ficou concluído em abril, depois de terem sido feitos pedidos de extensão. As últimas extensões acabaram por não ser integralmente aproveitadas, na medida em que as consequências da crise pandémica associada à COVID-19 acabaram por se impor a partir de janeiro, não permitindo que algumas atividades programadas se viessem a concretizar nesse período. Além do mais, a crise pandémica não permitia antever a fase a partir da qual seria possível a retoma da vida normal, como posteriormente se veio a compreender na sua plenitude. Assim, completados que estavam os resultados e objetivos fundamentais do projeto, entendeu-se ser preferível dar por completado o projeto.

Para além do que abaixo se descreve, importa enfatizar o ambiente em que tudo isto decorreu. Lembremos, efetivamente, que foram poucas as reuniões que decorreram em presença, com as inerentes consequências.

Em termos sintéticos, apresentam-se os factos mais significativos que marcaram o exercício de 2020:

- Consolidação da posição da APPC enquanto parceiro relevante do Setor, integrando diversos órgãos consultivos e comissões de acompanhamento
- Participação no "Board" e em Comités da EFCA
- Participação nas atividades, Assembleias Gerais e Conferências das federações internacionais EFCA, FIDIC, FEACO e FEPAC
- Realização de diversos inquéritos aos associados sobre as consequências para o setor da pandemia da COVID-19
- Tradução do documento da EFCA "How to derive MEAT Criteria", cujo título em português é "Como identificar critérios MEAT" (acrónimo em inglês para Proposta Economicamente mais Vantajosa), disponível no site da APPC. O documento foi entregue à administração da Infraestruturas de Portugal.
- Elaborou-se um texto sobre os temas fundamentais que são relevantes para as empresas do setor, tendo incluído os seguintes: a compra pelo preço mais baixo; o sistema do duplo envelope; a regulação do mercado; a pré-qualificação técnica e financeira; a atribuição de responsabilidades excessivas ao proponente; o atraso tecnológico das empresas e a regulamentação da revisão de projetos. Este texto foi publicado nas Newsletters da APPC nº 3 e 4, disponíveis no site
- Participação nas atividades e nas reuniões de Direção da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário
- Incentivo à participação dos associados nas diversas iniciativas, tendo em vista a afirmação da posição do setor, em particular na formação de um novo Grupo de Trabalho, o GT sobre Melhoria da Contratação Pública
- Apoio ao funcionamento da SGE - Secção de Gestão de Empreendimentos, criada em 2019
- Envio, divulgação e colocação no site da publicação elaborada pela SGE "Construção do Preço-Base para Concursos de Fiscalização de Obras" (edição de outubro 2020)
- Acompanhamento ativo do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais e do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento
- Reforço da coordenação com a Ordem dos Engenheiros e com a Ordem dos Arquitectos, na defesa e promoção de interesses convergentes
- Acompanhamento e participação na atividade de organizações relacionadas com o setor que a APPC integra, designadamente a PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção, a APMEP - Associação Portuguesa de Mercados Públicos e a PPA - Parceria Portuguesa para a Água
- Prestação de apoio jurídico aos associados, nos aspetos próprios do setor que apresentem interesse para a generalidade das empresas

- Prosseguimento da política de aproximação aos principais clientes, procurando conhecer melhor os seus planos de contratação e dando a conhecer essa informação aos associados
- Continuação da aposta na estratégia de comunicação institucional iniciada em 2014
- No âmbito da atividade da SGE, e a pedido da mesma, a APPC encomendou à empresa Informa D&B um estudo sobre o setor da CAE 71120 - atividades de engenharia e técnicas afins. De acordo com os dados da IES relativos a 2018 que a empresa compilou, extraíram-se os seguintes grandes indicadores globais, divulgados através da Newsletter da APPC nº 3, de 4 de março de 2020:

  Estudo da Informa D&B sobre o setor da CAE 71120 - atividades de engenharia e técnicas afins

  - Nº de empresas: 4.241
  - Volume de negócios (milhões €): 2.836
  - Nº de empregados: 21.760

  Neste universo, pela sua importância e classes de dimensão, encontram-se:

  Pequenas empresas
  - Nº de empresas: 362
  - Volume de negócios (milhões €): 514 (média de 1,42 M€ por empresa)
  - Nº de empregados: 6.800 (média de 19 por empresa)

  Médias empresas
  - Nº de empresas: 51
  - Volume de negócios (milhões €): 643,2 (média de 12,6 M€ por empresa)
  - Nº de empregados: 4.816 (média de 94 por empresa)

  Para além destes 2 grupos determinantes, existem 3.823 microempresas, totalizando 513 milhões de € de volume de negócios e 7.998 empregados (evidenciando médias de 134,2 mil € de volume de negócios e de pouco mais de 2 empregados por empresa).

- A APPC encontra-se representada em várias instâncias e órgãos instituídos, de que se destacam a Comissão de Acompanhamento do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais, a Marca de Qualidade LNEC - Qualificação de Consultores, o Conselho Consultivo da ERSAR, o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento e a Comissão Técnica de Normalização da Ordem dos Arquitectos.
- Através do seu Presidente, de outros elementos da Direção ou do Diretor Executivo, a APPC participou em eventos e reuniões, sobretudo no modo “online” a partir de meados de março.

4. Ações com vista ao reforço do papel da APPC

4.1 - Movimento de Associados

Verificou-se este ano a admissão de 3 novos associados, a saber: DDN, IGC e OCEANING.

No final de dezembro o número de associados da APPC totalizava 128 empresas.

4.2 - Comunicação interna (associados)

A comunicação tem sido uma preocupação central da Direção da APPC. Em 2020 continuou-se a estabelecer rotinas de comunicação com os associados, não só para incrementar o grau de conhecimento e de participação nas atividades da APPC, mas também para orientar essa comunicação para fora da associação. A conquista de notoriedade é, pois, um esforço permanente.

Relativamente às ações tradicionais deve assinalar-se o seguinte:

- A APPC continuou a manter os associados informados sobre a sua atividade, tendo para o efeito sido enviadas 8 circulares e 13 notícias. A utilização deste meio é muito criteriosa, por forma a procurar conseguir a atenção dos destinatários
- Foram também enviados 26 e-mails relacionados com os seguintes assuntos: divulgação de eventos "online" nacionais e estrangeiros (particularmente webinars); pedidos de informação; constrangimentos causados pela COVID-19; realização dos vários inquéritos sobre o impacto da pandemia e consequente divulgação dos resultados; esclarecimento sobre o impacto do estado de emergência nos contratos de fiscalização e na atividade em geral e lançamento do GT sobre melhoria da contratação pública
- Continuou a ser feita a divulgação mensal da legislação relevante para o setor publicada no Diário da República e também a divulgação de uma compilação atualizada anualmente sobre o "Enquadramento Legal do Exercício e da Atividade de Consultoria e Projeto"
- Foram publicadas na página da APPC da rede social profissional LinkedIn várias atualizações de conteúdo, relativas aos seguintes assuntos: compilação anual de legislação elaborada pela APPC; artigos de opinião do presidente da associação publicados na imprensa; concurso dos túneis de drenagem de Lisboa; divulgação da Newsletter da APPC; resultados de vários inquéritos feitos pela associação aos associados sobre as consequências da COVID-19 para o setor; parecer da APPC sobre a Proposta de Lei n.º 41/XIV/1ª | CCP (revisão do código);
- A informação relevante obtida através da participação nos Comités da EFCA continuou a ser disponibilizada no site da APPC
- As fichas dos sócios em português, inglês, francês e espanhol disponíveis no site foram revistas e atualizadas e foram também introduzidas as Fichas de novos associados.

4.3 - Comunicação externa

A APPC continua a prosseguir uma política de incremento da sua exposição pública, em temas de interesse para os associados. A publicação de artigos na imprensa especializada constitui um meio eficaz para transmitir o pensamento da associação e por isso a Direção tem aproveitado todas as oportunidades que surgem para expor a sua opinião e defender os interesses do setor. Produzir opinião séria é um desafio cada vez mais exigente, e é a esse que nos propomos.

Neste sentido, no dia 10 de janeiro de 2020 foi publicado no jornal Construir o artigo "2020 oscila entre o otimismo moderado no investimento e a revolta na habitação", que fazia uma antevisão do ambiente negocial neste ano e que incluiu depoimentos de diversos responsáveis associativos afetos à fileira da construção. Uma das associações convidadas a participar foi a APPC. O Presidente da associação, Eng. Jorge Meneses, afirmou que o ambiente de negócios não tinha melhorado devido sobretudo a 2 fatores: o adiamento do investimento público e a contratação pelo preço mais baixo, com desprezo pela qualidade das propostas.

No dia 19 de setembro de 2020 o semanário Expresso publicou o artigo "Fundos Europeus - Engenharia nacional não está preparada para as grandes obras", que incluiu um depoimento do Eng. Jorge Meneses. O Presidente da APPC afirmou que "a contratação não pode continuar a ser feita pelo mais baixo preço, desprezando a experiência e qualificação das empresas e equipas técnicas propostas. Importa inverter esta perversa lógica. Estamos a tempo, mas é preciso que esta lógica mude, para salvaguardar a participação da engenharia portuguesa".

Em 2020 a APPC prosseguiu a publicação da Newsletter da APPC, com 5 novas edições. Continua a ser uma publicação em formato "pdf", sem periodicidade fixa, que é enviada a cerca de 2.450 destinatários: Administração Central, Regional e Local, incluindo Institutos Públicos; Comunidades Intermunicipais; Empresas Contratantes; Empreiteiros; Organizações de Interesse Público; Meios de Comunicação Social; Instituições de Ensino Superior; Professores universitários de direito e Líderes de opinião; principais Sociedades de Advogados; Empresas do Setor Não Associadas.

4.4 - Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

O Seguro de Grupo de Responsabilidade Civil Profissional da APPC foi lançado em 2005 e cobre a atividade de Consultoria e Projeto. Continua a apresentar condições bastante competitivas e ao longo do ano alguns associados saíram e outros aderiram ao seguro, resultando num saldo final de 72 empresas aderentes.

4.5 - Apoio Jurídico

A APPC continua a contar com uma assessoria jurídica, tendo em vista não só apoiar os Associados, como também apoiar a Direção sempre que necessário.

Os casos tratados pela assessoria jurídica obedecem às seguintes condições: as temáticas terão de estar relacionadas com a legislação que respeita diretamente ao setor; não podem ser apreciados casos em que estejam presentes situações de conflito ou litígio específicos, competindo estes em exclusivo às empresas; as questões jurídicas a abordar devem ser de interesse universal e do seu esclarecimento deve poder perspetivar-se utilidade para a generalidade dos associados; decorrente da condição anterior, tais esclarecimentos são disponibilizados ao conjunto das empresas associadas no site da APPC, eliminando-se as referências à empresa que coloca a dúvida/questão; não poderão ser consideradas dúvidas/questões cujo esclarecimento deva ser dado imperativamente em prazos estipulados; a APPC não pode comprometer-se com o tratamento de todas as questões/dúvidas que lhe sejam colocadas.

4.6 - Relacionamento da APPC com organizações, entidades públicas e governamentais, membros do Governo e outros

4.6.1 - Organizações de interesse público

CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

A APPC integra a Direção da CPCI, tendo participado na Reunião do Conselho de Presidentes, realizada em 31 janeiro. Após essa data não houve mais contactos em presença, mantendo-se, todavia, a troca de informação e o acompanhamento das atividades.

APMEP - Associação Port. Mercados Públicos / OPET - Observatório Prospectiva da Engenharia e Tecnologia

A APPC é associada da APMEP desde 2015, na qualidade de membro coletivo. Esta associação tem organizado várias iniciativas, das quais se destaca o Congresso Nacional da Contratação Pública Eletrónica, com periodicidade anual e organizado conjuntamente com o OPET.

<u>Assembleia Geral, 28 de fevereiro</u>
Nesta reunião foi dado conta que se estava a perspetivar uma nova revisão do Código dos Contratos Públicos, o que muito mais tarde se veio a confirmar.

<u>1º Congresso sobre a Contratação Pública em prol do Relançamento Social e Económico, 26 de junho</u>
A pandemia da Covid-19 e as suas graves consequências a nível social e económico foi o tema central deste evento, no qual participaram ("online") o Eng. Jorge Meneses e o Dr José Pinho. O objetivo foi identificar e propor orientações e medidas para mitigar os efeitos negativos da crise e encontrar soluções para acelerar o processo de recuperação social e económica. A conferência contou com as intervenções de especialistas de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e EUA. Cerca de 20 oradores e convidados participaram na conferência.

PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

A APPC aderiu à PTPC em 2013, tendo acompanhado o processo da sua constituição desde o início. Esta

Plataforma integra entidades públicas e privadas e tem como objetivo promover a reflexão sobre o setor da construção e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, que contribuam para o aumento da competitividade nacional e internacional da fileira. A PTPC é a entidade gestora do Cluster AEC - Arquitetura, Engenharia e Construção, que a APPC também integra. Dos eventos realizados pela PTPC em 2020, destaca-se o seguinte:

9º Fórum Estratégico da PTPC / Cluster AEC, 3 de dezembro
Este evento decorreu na plataforma Zoom e nele participou o Secretário de Estado das Infraestruturas, Eng. Jorge Delgado, que fez várias afirmações de relevo. Os investimentos em infraestruturas previstos no quadro do programa Portugal 2020 terão de ficar concluídos até 2023; o programa que vigorará até ao final desta década, o PNI 2030, tem um pacote de incentivos de 43 mil milhões de euros, dos quais quase metade serão canalizados para os transportes, a chamada mobilidade sustentável. No âmbito da ferrovia serão contempladas as expansões dos metros de Lisboa e do Porto, a construção do metro do Mondego, a ligação ferroviária em velocidade alta Lisboa - Porto e as ligações ferroviárias a todas as capitais de distrito. No caso da rodovia, há ainda algumas ligações a fazer, nomeadamente a ligação às zonas industriais e as conexões a Espanha. O projeto do Aeroporto do Montijo não está abandonado, está em curso. A ligação ferroviária Lisboa - Porto será numa linha totalmente nova. O modelo de contratação ainda não estava decidido. Poderá ser uma PPP ou um projeto conceção-construção (CC). Não será pelo modelo clássico, projeto/empreitada. Na sua opinião, a bem da eficácia e da economia do projeto, a CC é recomendável, desde que a qualidade seja assegurada. Contudo, reconhece que os projetos em CC são pesados e levantam problemas. O Eng. Jorge Meneses participou neste Fórum Estratégico, bem como na Assembleia Geral da PTPC, que se realizou na parte da manhã. A APPC continuará a integrar o conselho estratégico. Este órgão elegeu o conselho de administração da PTPC.

CCP - Confederação do Comércio e Serviços / Fórum dos Serviços

A CCP foi a dinamizadora do Fórum dos Serviços, a que a APPC aderiu desde a primeira hora. Das iniciativas realizadas em 2020, realça-se a seguinte:

Apresentação de Estudo, 18 de fevereiro
Foi apresentado um interessante estudo sobre a sustentabilidade da segurança social.

A partir de então só foi possível concretizar reuniões online.

Ordem dos Engenheiros

Webinar Pandemia COVID-19 - impactos e futuro da fileira da construção, 28 de maio
A APPC participou nesta iniciativa da O.E., com uma apresentação feita pelo Eng. Jorge Meneses sobre o impacto da pandemia no setor de consultoria e projeto baseada nos resultados dos 2 inquéritos aos associados que a associação tinha feito até então.

Webinar dedicado ao tema Boas Práticas para a Contratação de Obras Geotécnicas Complexas, 2 de novembro
Integrado no ciclo de webinars #JuntosSomosEngenharia da Ordem dos Engenheiros, realizou-se no dia 2 de novembro um webinar dedicado ao tema Boas Práticas para a Contratação de Obras Geotécnicas Complexas (OGT), promovido pela Comissão de Especialização em Geotecnia. Pretendeu-se nesta sessão apresentar resumidamente as recomendações contidas no Guia de Boas Práticas Contratuais para Obras Geotécnicas Complexas, que foi revisto e passou a ter uma nova edição, datada de setembro 2020 e disponível no site da APPC (para além da correção de pequenas gralhas no texto, a diferença está na adição de 2 anexos). Pretendeu-se também sensibilizar os participantes para a importância da aplicação das melhores práticas contratuais em todo o processo da obra, aludindo ainda ao processo de revisão do CCP. O documento foi elaborado por um Grupo de Trabalho Conjunto OE / CPT / APPC. A abertura do evento esteve a cargo do Bastonário da OE, Carlos Mineiro Aires, do Coordenador da Comissão de Especialização promotora do evento, Alexandre Pinto, do Presidente da APPC e do Presidente da CPT, Raul Pistone. Também interveio o membro da Direção que esteve envolvido na elaboração do Guia, Eng. José Paulo Cruz, que abordou o tema "recomendações de Boas Práticas

para a contratação de OGC em Portugal, tendo em conta o "novo" CCP revisto".

Ordem dos Arquitectos

O Dr José Pinho assistiu online à Tomada de Posse dos Órgãos Nacionais da Ordem dos Arquitectos, no dia 16 de julho. O novo Presidente é o Arq. Gonçalo Byrne.

PPA - Parceria Portuguesa para a Água

A APPC integra a PPA desde o seu início, sendo também membro do Conselho Estratégico. Em 2020 a APPC participou na respetiva Assembleia Geral, realizada no dia 17 de junho por videoconferência, que teve a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Apreciação e votação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019; 2.Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício de 2019; 3. Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PPA para o triénio 2020-2022; 4. Alteração da sede social da PPA; 5. Outros assuntos.

4.6.2 - Entidades públicas e governamentais

C.M.L - Câmara Municipal de Lisboa

Carta para C.M. Lisboa sobre concurso para Contrato-Quadro
A C.M. Lisboa lançou no dia 19 de dezembro de 2019 um concurso público (Procedimento n.º 14092/2019) para um acordo quadro para a prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança, para obras de saneamento. Os preços base propostos eram de tal modo baixos que correspondiam na prática a salários base da ordem dos 1.000€ (ou menos) para engenheiros. A APPC tomou posição junto do departamento da C.M.L. responsável pelo concurso, com conhecimento do Presidente da Câmara, apelando à revisão dos preços e a que fosse atribuída uma maior preponderância à qualidade das propostas.

IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção

No âmbito da atividade da Secção de Gestão de Empreendimentos, os membros Eng. Carlos Lacerda e Eng. Pedro Castel-Branco tiveram em junho uma reunião com o Presidente do IMPIC, Eng. António Pires de Andrade. Foi-lhes dito que o IMPIC estava a participar na revisão do CCP. Ficou previsto agendar novo encontro com a APPC, o que acabou por não ser possível concretizar.

AICEP

Apresentação pública da participação portuguesa na Expo 2020 Dubai, 14 janeiro
Estiveram presentes o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário de Estado da Internacionalização. Previa-se que a exposição tivesse a participação de 180 países e fosse visitada por 25 milhões de pessoas. Devido à pandemia da COVID-19, o evento foi remarcado para o período entre 1 de outubro de 2021 e 31 de março de 2022, mantendo o nome de "Expo 2020". O pavilhão de Portugal foi concebido pelas empresas Saraiva & Associados e VHM.

Reunião com representante do Ministério das Obras Públicas de Timor-Leste, 14 janeiro
A representante, Catarina Mendes, é uma jurista portuguesa que é assessora do ministro. Os responsáveis timorenses estão preocupados com a falta de qualidade na prestação de serviços de engenharia.

AICEP / GPEARI / Com. Acompanhamento Mecanismo Acompanhamento Mercado Multilaterais

A APPC integra a Comissão de Acompanhamento do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais (MAMM), que é uma iniciativa conjunta da AICEP Portugal Global e do GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças.

A APPC participou presencialmente no seguinte seminário:

Seminário sobre Oportunidades de Negócio do Sistema das Nações Unidas, ISEG, 5 de fevereiro
Esta iniciativa teve por objetivo dar a conhecer as oportunidades e como se posicionar para ganhar contratos, num mercado da ordem dos 18,6 mil milhões de dólares por ano. A sala estava cheia, o que demonstra o interesse crescente pelo mercado das multilaterais.

Reunião na AICEP, 18 fevereiro
A AICEP comunicou que ia passar a ter uma comissão de acompanhamento para analisar o plano de atividades. A APPC comprometeu-se a participar numa ação de capacitação para quadros de empresas que estavam a trabalhar na área das multilaterais, prevista para o 4º trimestre.

Após esta fase, realizaram-se muitos outros encontros, agora sob a forma de reuniões online e webinars, que, apesar das limitações, permitiram manter atual o desafio de incremento da atividade sob financiamento das multilaterais e inerente conhecimento técnico-científico necessário.

Ensino Superior: Universidades do Minho e Coimbra e Instituto Superior Técnico

Congresso PTBIM, 27 de novembro
Este congresso foi dinamizado pelos professores das Universidades do Minho e Coimbra e do IST. O Eng. Jorge Meneses participou numa mesa redonda. Foi defendida a ideia de que deve ser o mercado a comandar a necessidade de o BIM ser utilizado. Contudo o Presidente da APPC considerou que o que não for imposto por lei, dificilmente é posto em prática, e deu como exemplo as plataformas eletrónicas, que ao fim de um ano e meio ficaram a funcionar. Defendeu, por isso, que a utilização do BIM deveria ser imposta por lei. O BIM funciona por níveis e é preciso ter cuidado com os custos. A APPC está empenhada na divulgação do conhecimento e boas práticas associadas à utilização do BIM.

4.6.3 - Outros

Assembleia da República - Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
A APPC foi auscultada relativamente às alterações propostas ao Código dos Contratos Públicos em discussão na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação da Assembleia da República, alterações designadas por Proposta de Lei nº 41/XIV/1ª.
No site encontram-se as considerações da Direção da APPC em relação a esta alteração, sendo particularmente relevantes os aspetos ligados à conceção-construção, à aceitação de propostas com valor acima da base em certas condições e à figura do gestor de contrato. Adicionalmente, importa referir que a APPC considerou as alterações insuficientes, na medida em que esqueciam um conjunto significativo de aspetos que não foram contemplados, nomeadamente a regulação da revisão de projetos, ou a reafirmação de que, em trabalhos de natureza intelectual, não pode ser possível proceder à seleção da melhor proposta recorrendo apenas ao preço. Aproveitou-se a oportunidade para referir a necessidade de se estipular o uso do método de dois envelopes na seleção da melhor proposta.

4.7 - Relacionamento com as principais empresas contratantes

Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)

Reunião com a Infraestruturas de Portugal, dia 5 de novembro
Nesta reunião estiveram presentes, da parte da APPC, o Eng. Jorge Meneses, O Eng. José Paulo Cruz, e o Dr José Pinho. Da parte da administração da IP estiveram o Presidente, Eng. António Laranjo, o Vice-Presidente, Eng. Carlos Fernandes, e dois Diretores, Eng. José Manuel Faísca e Eng. Alves Monteiro. Foram entregues 2 documentos da APPC: “Construção do Preço-Base para Concursos de Fiscalização de Obras” e “Como identificar critérios MEAT” (tradução de uma publicação da EFCA). A IP forneceu o plano de investimentos, que foi posteriormente divulgado aos associados. A empresa mostrou-se preocupada e crítica da intervenção recente

das empresas do setor.

4.8 - Funcionamento da Secção de Gestão de Empreendimentos (SGE)

A SGE esteve extremamente ativa durante o ano de 2020, ocupando-se da elaboração de vários documentos e reunindo por 11 vezes, tendo apenas a 1ª e a 2ª reuniões sido realizadas presencialmente, devido à pandemia da COVID-19. Em setembro juntaram-se à secção 3 novos membros: Eng. Fernando Brites Carvalho, da Aqualogus, Eng. Carlos Oliveira, da DDN (admitida na APPC em setembro 2020), e Arq. Bernardo Matos Pinho, da Tecnoplano. A constituição da SGE passou a ser a seguinte:

AFAPLAN ..... Eng. Tomás Mendes
AQUALOGUS ..... Eng. Fernando Carvalho
COBA ..... Eng. Alexandre Portugal (Coord.)
CONSULGAL ..... Eng. Pedro Colunas Pereira
DDN ..... Eng. Carlos Oliveira
ESTRUCONCEPT .... Eng. Miguel Guimarães
ESTRUTOVIA ..... Eng. Rui Tavares Rodrigues
FASE ..... Eng. Paulo Mesquita
PROFICO ..... Eng. Carlos Duarte
PROMAN ..... Eng. Carlos de Lacerda
PROSPECTIVA ..... Eng. Pedro Castel-branco
SOPSEC ..... Eng. Amorim Faria
TECNOPLANO ..... Ar. Bernardo Matos de Pinho
TPF ..... Eng. Luís Sá

De acordo com o programa de trabalhos atualizado, a SGE propôs-se atingir 7 metas, contando com o empenho dos seguintes redatores:

Meta 1 - Definir uma metodologia de cálculo do preço base em contratos de fiscalização
Redator: Eng. Alexandre Portugal
Meta 2 - Programa de concurso e Cadernos de Encargos de fiscalização
Redatores: Eng. Luís Sá
Meta 3 - Criação de uma base de dados da contratação pública de serviços de fiscalização
Redator: Eng. Carlos Duarte
Meta 4 - Dimensionamento de equipas e responsabilidades
Redatores: Eng. Carlos Lacerda e Eng. Pedro Castel-branco
Meta 5 - Princípios gerais de um sistema de avaliação de desempenho das empresas de fiscalização
Redatores: Eng. Carlos Oliveira e Eng. Tomás Mendes
Meta 6 - Qualificação dos recursos humanos
Redatores: Eng. José Amorim Faria, Arq. Bernardo Matos Pinho e Eng. Carlos Oliveira
Meta 7 - Preço anormalmente baixo
Redator: Eng. Fernando Carvalho

Todas as metas, à exceção da 7ª que esteve todo o ano pendente da publicação da revisão do Código dos Contratos Públicos, tiveram grandes desenvolvimentos e geraram grandes debates e trocas de ideias, incluindo com a Direção da APPC. Contudo, apenas a Meta 1 ficou encerrada. Desta meta resultou a publicação do documento "Construção do Preço-Base para Concursos de Fiscalização de Obras" (outubro 2020), que aborda o aviltamento de preços na esfera da prestação de serviços de fiscalização. Nele fica demonstrado que os preços de venda dos técnicos que têm vindo a ser praticados e concursados não podem ser praticáveis face aos encargos normais das empresas. Incluindo custos diretos e indiretos em função dos salários base associados às funções estipuladas, a distância é grande e afeta sobremaneira as contratações que se têm vindo a observar.

O documento foi entregue à administração da Infraestruturas de Portugal e aos parceiros da APPC, foi colocado "online" no site da APPC e foi divulgado a cerca de 2.460 destinatários através da Newsletter da APPC.

Relativamente às restantes metas, há que salientar o seguinte:

Meta 2: o documento "Proposta de Modelo de Programa de Concurso e Caderno de Encargos", que esteve em preparação durante grande parte do ano 2020 e só ficará concluído e aprovado em 2021, surge na sequência da definição de um conjunto de temas a serem tratados no âmbito da SGE, e tem como objetivo apresentar um

modelo de Programa de Concurso e de Caderno de Encargos para a contratação pública de serviços de fiscalização de empreitadas. Pretende resumir os principais aspetos a ter em consideração na elaboração de um Programa de Concurso e Caderno de Encargos, atendendo à grande influência que os mesmos poderão ter na valorização da prestação de serviços de consultoria de engenharia e arquitetura. O documento defende a introdução de um sistema de avaliação de propostas que a APPC defende há anos: o duplo envelope (avaliações técnica e financeira feitas em diferentes momentos, evitando que o preço influencie a nota técnica). As ponderações das propostas técnica e financeira deverão ser 70% / 30%, respetivamente e em geral, e é proposta uma fórmula parabólica para a avaliação do preço.

Em suma, os objetivos fundamentais do documento são: 1 - garantir que há um modelo com 2 envelopes que está de acordo com o quadro jurídico; 2 - reforçar o que a APPC sempre defendeu - atribuir ponderações de 70% à proposta técnica e 30% à proposta financeira. A proposta técnica tem de se tornar prevalecente e ser decisiva na hierarquização das propostas.

Meta 3: no âmbito do trabalho desenvolvido pela SGE, foi considerado pertinente a criação de uma proposta para base de dados da contratação pública para os serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança. Em qualquer organização, no contexto da sua área de intervenção e na sua inter-relação com o mercado, é crucial para a sua atividade ter acesso rápido a informação relevante atualizada e com origem em fontes fidedignas. No caso da APPC, constatou-se que existem lacunas no que respeita a falta de informação para os setores dos Estudos e Projetos e Gestão de Empreendimentos, pelo que se decidiu elaborar numa primeira fase uma proposta de base de dados para os Concursos Públicos dos serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança. O objetivo desta base de dados é recolher informação fidedigna (com periodicidade mensal, trimestral, semestral ou anual) sobre os Concursos Públicos, coligindo os dados disponíveis no Portal Base gerido pelo IMPIC ou outras fontes de informação que possam existir no futuro. Com esta informação deverão ser criados diversos indicadores que sejam considerados mais relevantes para a APPC e seus membros. Mais tarde veio-se a concluir que o observatório é um instrumento útil, mas bastante trabalhoso e a APPC não tem meios para o fazer, a não ser que o IMPIC se disponibilizasse a apoiar no tratamento dos dados. Este assunto permanece em análise.

Meta 4: no final do ano, esta meta, de difícil concretização, estava ainda em fase de profunda discussão. Os redatores fizeram um levantamento das equipas de fiscalização de um conjunto alargado de concursos, que permitiu confirmar a situação atual de equipas reduzidas em número de técnicos e afetações, e que em conjunto com as baixas taxas praticadas, contribui para explicar a difícil situação que o setor atravessa. O objetivo desta meta deverá ser, por isso, influenciar os donos de obra e alterar a situação em que o cliente não valoriza devidamente o serviço de fiscalização, o qual tem uma componente técnica importantíssima. As remunerações são muito baixas e por isso não há incentivos para as novas gerações procurarem emprego nesta área. O que se está a passar no lado da oferta é verdadeiramente catastrófico, mas também é verdade que surgem nos concursos gabinetes que apresentam preços muito baixos.

No documento que está a ser preparado deverão ser incluídos rácios de fiscalização com total de homens/mês, estimativa do número de meses de obra, a venda média homens/mês/valor de fiscalização e percentagem mínima e máxima de fiscalização. E também rácios de obra: produção / homens/mês, a média homens/mês em obra e quantos homens/obra devem haver por fiscalização. O enfoque será dado aos edifícios e redes de abastecimento, onde os preços são normalmente mais irrisórios. Uma boa fiscalização permite poupar dinheiro no pós-venda e a longo prazo permite enormes poupanças. O documento não deverá referir o preço, mas antes as afetações. O objetivo deste exercício é determinar o rácio homens / mês, respondendo à questão: como se calcula o valor acrescentado do serviço? Responder a questões como: para fiscalizar x m^2 de obra é necessária uma equipa de x pessoas (quantidade de trabalho a produzir). O objetivo da Meta 4 é na realidade definir afetações com um algoritmo para estabelecer equipas. Produzir um documento que sirva de orientação ou recomendação para o mercado, um "documento regularizador de comportamentos desviantes", com um propósito externo e interno.

Meta 5: o objetivo do documento que está a ser elaborado é criar um sistema de avaliação dos prestadores de serviços de fiscalização baseado em indicadores específicos, que possa ajudar os donos de obra no processo de

decisão de novas adjudicações, tendo em conta experiências anteriores similares das diversas entidades fiscalizadoras com quem trabalharam anteriormente. Pretende-se criar um mecanismo que permita aos donos de obra implementar uma base de dados onde se avaliem as empresas de fiscalização com base em prestações de serviço anteriores, tendo em conta o desempenho tido nos diferentes aspetos considerados mais importantes a que uma prestação de serviços de fiscalização deve responder de forma a tornar-se uma mais-valia efetiva para o investidor. O documento a elaborar pela entidade contratante no final de cada prestação de serviços deverá integrar uma base de dados que possa ajudar na decisão de futuras adjudicações.

Meta 6 - o documento elaborado intitula-se "Requalificar os Recursos Humanos necessários para dar resposta ao Plano de Investimento em Obras Públicas e Privadas em Portugal no período 2021-2030". O objetivo principal deste documento refere-se à apresentação de sugestões para melhorar e aumentar a capacidade de recrutamento e de requalificação dos recursos humanos das empresas de serviços de engenharia para o período 2021-2030. Procura levar em conta as últimas tendências do setor nesse domínio, resultantes sobretudo da crise económica portuguesa de 2008-2015, com fortes repercussões no setor da construção civil e obras públicas, bem como o esperado aumento da atividade do setor que se prevê irá ocorrer como resultado do aumento de investimento em obras públicas e privadas na área da construção de edifícios e das obras de engenharia civil. Nesse contexto, destina-se também a sensibilizar as entidades contratantes, públicas e privadas, de serviços de gestão e fiscalização de obras para a problemática da escassez de recursos humanos qualificados disponíveis e que atualmente ocorre no setor. Inclui a apresentação de soluções concretas de aplicação imediata e que visam mitigar os efeitos do problema no curto prazo.

4.9 - Lançamento do Grupo de Trabalho sobre Melhoria da Contratação Pública

Na Reunião de Direção de 1 de julho debateu-se sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) que permitisse, designadamente, replicar o trabalho que vinha a ser feito pelo Comité da EFCA sobre o Mercado interno, aproveitando assim a experiência dos Eng. Jorge Meneses e do Eng. José Paulo Cruz enquanto representantes da APPC naquele comité. Falou-se sobre possíveis objetivos a atingir pelo GT: elaborar informação sobre como contratar ou selecionar bem para ser bem servido, como elaborar um caderno de encargos bem feito, determinar os descritores corretos para avaliar a qualidade das propostas, encontrar o método adequado de avaliação da qualidade das propostas (ex. método da estandardização).

O Eng. José Paulo Cruz, representante atual da APPC no Comité da EFCA, concordou com a utilidade de criar o GT e fez alusão à publicação da EFCA sobre o MEAT, que explica com exemplos práticos como se podem identificar e usar critérios de qualidade na contratação pública. Na sua opinião, este documento deveria ser traduzido, incorporado nos textos da associação e divulgado aos clientes da engenharia, o que viria a acontecer mais tarde.

Com a antevisão de uma grande concentração de investimentos em Portugal nos próximos anos, perspetivava-se como útil que houvesse uma simplificação dos procedimentos de contratação, até porque se assim não fosse, correr-se-ia o risco de não serem aproveitados integralmente os financiamentos. Considerava-se desejável que houvesse uma agilização da contratação e que fosse contrariada a preguiça ou falta de organização das entidades. A simplificação deveria também ser aplicada às garantias.

No dia 3 de julho de 2020 foi enviada a Circular n.º 7/20 com o objetivo de proceder ao lançamento do Grupo de Trabalho sobre Melhoria da Contratação Pública. Seria o próprio GT a definir de forma precisa os seus objetivos e calendarização dos trabalhos.

Entretanto o início dos trabalhos do GT foi sendo adiado devido ao facto de ter surgido em outubro uma iniciativa legislativa de revisão do Código dos Contratos Públicos. Decidiu-se dar a oportunidade a mais empresas de integrarem o GT, que passou a ter a seguinte composição:

ATELIER DO CHIADO ..... Arq. Fernando Bagulho
COBA..... Eng. Alexandre Portugal
CONSULGAL ..... Eng. Pedro Colunas Pereira
FUTURE PROMAN ..... Eng. Carlos Prado Lacerda
GRID..... Eng. Rui Miguel Reis
PCG PROFABRIL XXI ..... Eng. Ilidio Ayala Seródio (#)
STRUCONCEPT ..... Eng. Miguel Guimarães
TECNOPLANO..... Arq. Bernardo Matos de Pinho
TPF ..... Eng. Jorge Nandin Carvalho
Engª Susana Reis
VEconcept ..... Eng. Domingos Moreira
Direção da APPC ..... Eng. José Paulo Cruz

(#) - pouco tempo depois foi substituído pelo Eng. Pedro Neto Rebelo

A primeira reunião realizou-se no dia 19 de novembro (via Zoom), teve a presença de quase todos os participantes e excecionalmente contou com a participação do Eng. Jorge Meneses, que fez um enquadramento dos temas.

Na reunião ficou decidido que o Coordenador do GT seria o Eng. Jorge Nandin de Carvalho. O GT tem o acompanhamento de um elemento da Direção, o Eng. José Paulo Cruz, e do Dr José Pinho.

O GT realizou mais uma reunião até ao final do ano, na qual ficou definido que os objetivos a atingir seriam a elaboração de documentos sobre os seguintes temas: BIM (Business Information Modelling); Pré-qualificação de empresas; Concursos de Conceção-Construção e Concursos de Ideias. Para este efeito foram criados 3 sub-grupos que começaram rapidamente a elaborar os documentos, os quais serão submetidos à apreciação da Direção com o objetivo de se tornarem documentos da APPC.

5. Atividades a nível internacional

5.1 - EFCA - Federação Europeia das Associações de Consultores de Engenharia

5.1.1 - Reunião da Assembleia Geral

A Reunião da Assembleia Geral realizou-se no dia 4 de junho de 2020, por videoconferência (MS Teams). Dos principais assuntos tratados, destacam-se os seguintes:

- A principal realização da Task Force sobre comunicação foi o lançamento do novo web site da EFCA em 2019
- O folheto da EFCA sobre as Tendências Futuras, elaborado ao longo de 3 anos, teve por objetivo identificar o rumo que o setor seguirá no futuro e as oportunidades que poderão surgir para as empresas. Preparado sob a liderança do futurologista e engenheiro no ativo Maurizio Boi, o trabalho foi muito bem recebido. O folheto ("EFCA Future Trends Booklet") está disponível no site da federação
- A EFCA tem uma Task Force sobre Digitalização e BIM, cujo objetivo é consensualizar a posição do setor relativamente às empresas de software, que é um tema crucial
- O Acordo de cooperação entre a FIDIC e a EFCA preconiza um papel adicional para esta última que consiste em ser uma Agência da FIDIC e em coordenar as atividades da FIDIC na Europa. "FIDIC Europa", ou seja, a ligação da FIDIC ao "Board" da EFCA e um representante de uma associação europeia não pertencente à EFCA ficarão responsáveis pela execução da Agenda da FIDIC na Europa
- O Presidente cessante, Kevin Rudden, deu as boas-vindas a Mark Pehlig, da Holanda, que foi nomeado como representante da FIDIC no "Board" da EFCA
- Foi confirmada a eleição e tomada de posse de Benoît Clocheret, francês e "CEO" da Artelia, como novo Presidente da EFCA
- Os atuais 4 comités da EFCA mais relevantes são e continuarão a ser os pilares da federação. Um representante do "Board" foi nomeado para cada comité. O Comité sobre o Mercado Interno está focado na promoção do Guia do MEAT (proposta economicamente mais vantajosa) e vai começar a elaborar a posição do setor relativamente à revisão das diretivas sobre contratação pública e a debater novos modelos de execução de contratos. O Comité sobre Ajuda Externa Europeia, que existe há muitos anos, está a promover as capacidades do setor para contribuir para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030 e a dimensão

externa do Acordo Verde Europeu. O Comité sobre Digitalização e o BIM está a participar no projeto DigiPLACE, financiado pela U.E., e está a elaborar a posição da EFCA relativamente às empresas de software. O Comité sobre o Novo Acordo Verde Europeu está a focar-se na contribuição do setor para tornar o impacto da Europa no clima neutro e na mudança para uma economia limpa e circular, ao mesmo tempo que disponibiliza uma plataforma para partilha de boas práticas entre as associações nacionais.

- Em 2017, Maximiliam Grauvogl, da Alemanha, foi nomeado Vice-Presidente por um mandato de 3 anos, a terminar em 2020. Como se manifestou disponível para um novo mandato, o "Board" da EFCA decidiu nomeá-lo Vice-Presidente por mais um mandato
- Com as saídas de Maurizio Boi (Itália), Jorge Meneses (Portugal) e Andrea De Cillia (Luxemburgo) do "Board", foi decidido nomear os seguintes novos membros: Roberto Carpaneto (Itália) Inés Ferguson (Espanha) e Marcin Mikulewicz (Polónia). Foi também nomeado Magnus Höij (Suécia) como novo Diretor da EFCA.
- Foi admitida como membro observador a NACEC - Associação Nacional Russa de Consultores de Engenharia e Construção.

5.1.2 - Reuniões dos Diretores e Secretários-Gerais

Como é habitual, a EFCA realizou em 2020 duas reuniões dos Diretores e Secretários Gerais: no dia 17 de abril e no dia 6 de novembro, ambas por videoconferência.

Reunião D&S de 17 abril

Esta reunião foi dominada pelo tema da COVID-19, que teve como primeiro impacto na federação o cancelamento de reuniões e eventos presenciais e a sua substituição por encontros via MS Teams. Começou-se também a falar do impacto económico na atividade e como enfrentar a crise através de medidas como o aceleramento da contratação eletrónica e a continuação dos projetos em curso e dos programas existentes. Começaram a ser feitas sondagens sobre a evolução da pandemia nos vários países e como esses países estavam a enfrentar a crise e a tentar reanimar a economia.

Reunião D&S de 6 novembro

Anne Croisiau vai reduzir o seu tempo de trabalho para 50% e por isso vai ser contratada outra pessoa para complementar. Vai haver uma nova reunião em janeiro. Ao nível das associações nacionais, há uma preocupação em relação ao preço do software na Europa (muito superior ao praticado nos EUA) e em relação à tendência que se vem verificando para o aumento dos custos dos seguros.

5.1.3 - Comités

Comité da EFCA sobre o Mercado Interno ("Internal Market Committee")

Este Comité é liderado por Jaap N. de Koning, da Associação holandesa NLengineers. A APPC é representada pelo membro da Direção, Eng. José Paulo Cruz, da LCW Consult.

Em 2020 realizaram-se 4 reuniões, nos dias 23 de janeiro, em Bruxelas, 3 de junho, via MS Teams, 18 de junho, via MS Teams, e 24 de setembro, via MS Teams. O representante da APPC participou em todas as reuniões.

Sobre a reunião de 23 de janeiro, o Eng. José P. Cruz reportou que, de acordo com o que foi referido na reunião, na Europa estavam a ocorrer situações anómalas no funcionamento do mercado da fileira da construção.

As 3 principais metas do comité são:

- Desenvolver políticas para melhorar as condições de exercício da profissão no contexto do mercado interno europeu
- Monitorar a implementação da diretiva europeia de contratação pública na legislação nacional e nos procedimentos administrativos
- Monitorar as iniciativas da U.E. relacionadas com a contratação pública.

Comité da EFCA sobre a Ajuda Externa Europeia ("European External Aid Committee")

Este Comité é liderado por Inés Ferguson, da associação espanhola TECNIBERIA. A APPC é representada pelo membro da Direção, Eng. José António Rocha Almeida, da FASE. Em 2020 realizaram-se 4 reuniões, nos dias 29 janeiro, em Bruxelas, 28 de abril, via MS Teams, 9 de setembro, via MS Teams, e 17 de novembro, via MS Teams. O representante da APPC participou em todas as reuniões.

Sobre a reunião de 29 de janeiro, o Eng. José António Rocha Almeida referiu uma apresentação de um representante da Comissão Europeia. Como os instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento da U.E. começavam a ser escassos ou de difícil acesso, as empresas procuravam novas oportunidades nos bancos multilaterais. Referiu também que a EFCA solicitou às associações nacionais a indicação de exemplos relevantes de contribuições do setor de consultoria para a "sustentabilidade e ação climática" em países em vias de desenvolvimento. Foi enviado um e-mail aos associados a solicitar tais exemplos.

As 6 principais metas do comité são:

1) Influência política na U.E.
   Relacionar-se com instituições europeias envolvidas na ajuda externa para dar um "feed-back" prático sobre a implementação de políticas de ajuda ao desenvolvimento, instrumentos financeiros, métodos de prestação de serviços e modos de gestão, e propor melhorias para obter eficiência e efetividade na ajuda. Principalmente com a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, mas também com Instituições Europeias de Financiamento ao Desenvolvimento e Agências Doadoras.
2) Procedimentos de contratação
   Desenvolver propostas dirigidas às instituições europeias para melhorar as condições do exercício da profissão.
3) Diálogo internacional
   Participar no diálogo com Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) sobre Boas Práticas internacionais na contratação e nos Instrumentos Europeus de Financiamento ao Desenvolvimento, dando cumprimento ao acordo de cooperação FIDIC-EFCA.
4) Promoção das competências
   Reforçar a relação com as Instituições Europeias de Financiamento ao Desenvolvimento para o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis, integrando considerações técnicas, sociais, ambientais e económicas. Promover o papel do engenheiro consultor no aumento dos padrões de exigência dos projetos, impulsionando a inovação e atraindo investimento privado para países em vias de desenvolvimento.
5) Orientações para as associações nacionais
   Dar "feed-back" às associações nacionais sobre os últimos desenvolvimentos na Ação Externa Europeia assim como orientações sobre como apresentar propostas e trabalhar com instituições europeias em contratos de serviços.
6) Plataforma de "networking" para as empresas
   Proporcionar um espaço para troca de experiências e de "networking" para as empresas durante as reuniões, eventos ou redes sociais. Criação de um Grupo no LinkedIn.

5.1.4 - Reuniões do "Board"

Ao longo do ano de 2020 o "Board" reuniu 6 vezes, tendo o Eng. Jorge Meneses estado presente nas 1ª, 2ª e 3ª reuniões. A partir da 4ª, deixou de integrar este órgão social da EFCA. As reuniões foram realizadas nas seguintes datas e quase todas decorreram através de videoconferência (MS Teams):

- 1ª Reunião: 14 fevereiro, Haia
- 2ª Reunião: 24 abril, via MS Teams
- 3ª Reunião: 4 junho, via MS Teams
- 4ª Reunião: 1 julho, via MS Teams
- 5ª Reunião: 18 setembro, via MS Teams
- 6ª Reunião: 20 novembro, via MS Teams

Sobre a reunião de 14 de fevereiro, o Eng. Jorge Meneses disse que os assuntos mais relevantes tratados foram o relacionamento entre a EFCA e a FIDIC, que se tinha deteriorado nos últimos tempos, e as mudanças na Direção da EFCA. O secretário-geral deu conta de que se ia reformar-se dentro de um ano e Anne Croisiau também ia reduzir o seu tempo de prestação. Esta situação representava um desafio para a EFCA e por isso importa assegurar a contratação de um novo secretário-geral / CEO que deverá coincidir durante algum tempo com o atual Secretário-Geral, Jan Van der Putten.

5.2 - FEACO - Federação Europeia das Associações de Consultores de Gestão

A Assembleia Geral anual da FEACO realizou-se no dia 18 de novembro, por videoconferência, tendo a APPC sido representada pelo Dr José Pinho.

Outros assuntos tratados foram:

Comité sobre Contratação: a líder deste comité explicou que a respetiva atividade foi concentrada na nova versão do PRAG (guia prático dos procedimentos contratuais no âmbito da ação externa da União Europeia), o qual foi elaborado sem uma consulta prévia aos principais interessados, devido à situação pandémica. Muitos fundos foram disponibilizados para enfrentar a crise causada pela COVID-19 e para preparar a recuperação. Dada a amplitude dos projetos, será um acréscimo de mercado para os consultores.

Relatório anual e finanças: o ano de 2020 foi muito afetado pela crise da COVID-19: das 4 conferências anuais planeadas, a FEACO realizou 3, sendo que o recurso à reunião eletrónica foi o que viabilizou este resultado.

Presidência da Federação: o mandato de Eric Falque terminou em 2020, tendo este afirmado que não pretendia recandidatar-se. Foi eleito o representante proposto pela associação alemã.

5.3 - FIDIC - Federação Internacional de Engenheiros Consultores

A Reunião da Assembleia Geral da FIDIC realizou-se no dia 15 de setembro, em Genebra, Suíça, mas através de videoconferência. Participaram 49 associações nacionais, incluindo a APPC que foi representada pelo Dr. José Pinho. Dos temas tratados, destacam-se os seguintes:

- Eleição de um novo membro: Colegio Federado de Ingenieros y de Arquitectos de Costa Rica (CFIA)
- Exclusão de 16 associações dos seguintes países: Azerbaijão; Cazaquistão; Egito; Equador; Filipinas; Koweit; Malawi; Mongólia; Montenegro; Paraguai; República da Macedónia; República Dominicana; Roménia; Sudão do Sul; Tunísia e Zimbabué. Foi nomeado um comité especial que apresentará na próxima AG (em 2021) um relatório sobre os factos que levaram à decisão do “Board” de excluir os 16 membros destes países.
- Foram admitidos 7 membros afiliados: 5 profissionais individuais, 1 empresa e 1 instituto
- Devido à pandemia global da COVID-19, não foi possível realizar a Conferência de 2020 na Suíça. Assim, o “Board” tomou a decisão estratégica de recomendar a realização da Conferência Internacional Anual sobre Infraestruturas da FIDIC e a AG 2021 em Genebra (os membros da AG apoiaram esta recomendação).
- Os Estatutos da FIDIC foram modificados, tendo sido alterado o número de membros do “Board” da seguinte forma: membros executivos - até 11; membros eleitos - 9; membros cooptados pelo “Board” - até 2
- O “Board” nomeou o Vice-Presidente Anthony Barry, da Austrália, como Presidente-Eleito (a tomar posse em 2021)
- Eleição de 2 membros do “Board”: Catherine Karakatsanis, do Canadá, e James Mwangi, do Quénia

5.4 - FEPAC - Federação Pan-americana de Consultores

Em 2020 a FEPAC realizou um número recorde de reuniões do Comité Executivo: 10 reuniões, em modo virtual, através da plataforma Zoom.

- 1ª Reunião do Comité Executivo e Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - 26 de março
- 2ª Reunião do CE - 24 de abril
- 3ª Reunião do CE - 5 de maio
- 4ª Reunião do CE - 4 de junho
- 5ª Reunião do CE - 23 de julho
- 6ª Reunião do CE - 20 de agosto
- 7ª Reunião do CE - 8 de setembro
- 8ª Reunião do CE - 16 de outubro
- 9ª Reunião do CE - 16 de novembro
- 10ª Reunião do CE - 9 de dezembro

Também na FEPAC a pandemia da COVID-19 dominou as atenções dos participantes das reuniões, que decidiram lançar inquéritos e partilhar experiências, tendo em vista encontrar soluções para minimizar os efeitos da crise.

O ano de 2020 ficou também marcado pela eleição do novo Comité Executivo, cujo mandato iniciou em 2020 e terminará em 2022. O novo Presidente é o Eng. Henrique de Aragão, representante da ABCE - Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, e o Vice-Presidente é o Eng. Jaime Jorge Saavedra de Rivero, da APC - Associação Peruana de Consultoria. As várias associações que compõem atualmente o Comité Executivo são:

- ABCE.....Brasil
- ACODES.....El Salvador
- APC.....Peru
- APPC.....Portugal
- CADECI.....Argentina
- CCAI.....Costa Rica
- CCI.....Colômbia
- CEC.....Equador
- CHEC..... Honduras
- CNEC..... México
- CPC ..... Paraguai
- TECNIBERIA.. Espanha

Em 2021 comemora-se o 50º aniversário da FEPAC e por isso em 2020 começaram os preparativos para a celebração deste importante marco. Uma das realizações que marcará o aniversário será a publicação de um livro. Para este efeito a federação fez um contrato com a empresa FA Comunicación, com os seguintes objetivos: recolha da informação para o livro; estrutura e design do livro; obtenção de financiamento e patrocínios

Durante grande parte do ano a federação tratou da elaboração e conclusão de um Glossário de termos comummente utilizados no desenvolvimento de projetos de infraestruturas, que será publicado e distribuído em 2021.

No 4º trimestre realizou-se o primeiro curso “online” dos Contratos FIDIC em espanhol.

Na reunião de 16 de novembro falou-se sobre a possibilidade de ser estabelecido um Acordo de Colaboração nas atividades conjuntas entre a FEPAC e a FIDIC.

Na referida reunião foi proposta a formação de 4 comités de trabalho sobre os seguintes temas:

- Tecnologia digital
- Boas práticas
- Contratos e documentos FIDIC
- Relações com instituições internacionais: BID, Banco Mundial, CAF, etc.

No dia 3 de dezembro a FEPAC e a ABCE organizaram um Seminário “online” subordinado ao tema “Portfólio de Projetos na América Latina”.

B - CONTAS

1. Balanço em 31 de dezembro de 2020

2. Demonstração de Resultados por Natureza

3. Parecer do Conselho Fiscal

4. Proposta de Aplicação dos Resultados

1

APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		121 662,15	126 797,01
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		37 506,40	56 259,60
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		159 168,55	183 056,61
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos bilógicos			
Clientes		168 809,54	167 002,81
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		1,91	
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		10 601,18	133 577,37
Diferimentos		28 529,88	28 167,97
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		488 359,92	406 480,15
		696 302,43	735 228,30
Total do ativo		855 470,98	918 284,91
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		71 922,22	86 119,87
Resultados transitados		539 751,52	553 931,78
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		31 880,44	47 823,26
		643 554,18	687 874,91
Resultado líquido do período		16 798,29	-14 180,26
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		660 352,47	673 694,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		145 077,15	141 477,15
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		145 077,15	141 477,15
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		14 406,38	14 263,28
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar		18 397,38	19 389,44
Diferimentos		17 237,60	69 460,39
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		50 041,36	103 113,11
Total do passivo		195 118,51	244 590,26
Total do passivo e do capital próprio		855 470,98	918 284,91

A Contabilista Certificada

A Direção

2

APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA **Valores em euros**

PERÍODO FINDO EM 31-12-2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SINAIS	PERIODOS	
			2020	2019
Vendas e prestações de serviços		+	301 975,40	292 832,08
Subsídios à exploração		+	1 755,00	115 519,91
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		
Variação nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-		
Fornecimentos e serviços externos		-	-143 211,57	-262 317,72
Gastos com o pessoal		-	-109 492,40	-117 299,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-/+		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-/+		
Provisões (aumentos /reduções)		-/+	-3 600,00	-7 244,55
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-/+		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos		+	18 753,20	491,81
Outros gastos e perdas		-	-23 999,61	-29 549,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	42 180,02	-7 568,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-/+	-23 888,06	-5 189,40
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-/+		
Resultado operacional (antes de gastos de financimento e impostos)		=	18 291,96	-12 757,40
Juros e rendimentos similares obtidos		+	7,64	
Juros e gastos similares suportados		-	-303,47	-210,14
Resultados antes de impostos		=	17 996,13	-12 967,54
Imposto sobre o rendimento do período		-/+	-1 197,84	-1 212,72
Resultado líquido do período		=	16 798,29	-14 180,26

A Contabilista Certificada

A Direção

3

APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

EXERCÍCIO DE 2020

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No âmbito das competências e deveres que lhe estão atribuídos, o Conselho Fiscal emite o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora e o Parecer sobre as Demonstrações Financeiras da APPC – Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, relativamente ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício em análise, o Conselho Fiscal acompanhou, com a extensão e periodicidade consideradas adequadas, a gestão e a atividade da Associação. Dispôs ainda de toda a documentação que considerou relevante e obteve da APPC todos os esclarecimentos que pretendeu solicitar. A análise realizada foi efetuada de acordo com os procedimentos necessários para avaliar os pressupostos usados na preparação e apresentação de tais demonstrações.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da APPC em 31 de dezembro de 2020, pelo que o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para a sua aprovação pela Assembleia Geral.

Lisboa, 31 de março de 2021

O Conselho Fiscal

Eng. Jorge Maurice Banet Nandin de Carvalho (Presidente)
TPF

António Henrique de Andrade Ramos dos Santos

Dr. António Henrique de Andrade Ramos dos Santos
CESO

Eng. Carlos Maria de Sousa Ferreira Abecasis
CONSULMAR

APPC • Tel.: 21 358 07 85/6 • Fax: 21 315 04 13 • E-mail: info@appconsultores.org.pt • Web site: www.appconsultores.org.pt

4

Proposta de Aplicação dos Resultados

Tendo presente os Resultados Líquidos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 16.798,29 € (dezasseis mil, setecentos e noventa e oito Euros e vinte e nove cêntimos), propõe-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de dezembro de 2020

PARTE II - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2021

A - PLANO DE ATIVIDADES

1. Enquadramento Geral

Dizíamos há um ano atrás, quando todos nós estávamos a verificar uma situação que não antecipávamos que:

> *"Quando o ano de 2020 se iniciou e este Plano começou a ser implementado, a realidade era bem diferente da atual. Tínhamos então uma perspetiva algo otimista, na medida em que se estava a viver uma fase de alguma dinâmica de crescimento no mercado. Persistiam dificuldades no que podemos designar como "ambiente de negócios", mas não há dúvida de que o mercado apresentava fatores assinaláveis de crescimento.*
> *De acordo com os dados estatísticos setoriais relativos a 2018 (último ano disponível), o ano de 2018 esteve ainda 7,5 % abaixo (em termos nominais), do ano de 2008, 10 anos antes, na produção de serviços de consultoria de engenharia e arquitetura. Veja-se o penoso caminho percorrido. Admitia-se que em 2020/21 pudesse vir a atingir-se, mais ou menos, o nível de negócios em 2008. Este cenário já está, infelizmente, muito longe da concretização.*
> *Recordemos que em 2014 havia ocorrido um decréscimo de 31% do volume de prestação de serviços do setor em relação a 2008. Recordemos também que, no mercado doméstico e considerando apenas o setor empresarial em que os nossos associados se inserem, o decréscimo fora de cerca de 60% na mesma fase de debilitação do setor.*
> *Muitas foram as falências efetivas ou prometidas (PERs sem possibilidade efetiva…), o decréscimo de emprego, o definhamento das empresas e sua capacidade técnica, isto apesar do forte incremento da atividade internacional que haveria de atenuar-se após 2016, em função das dificuldades de manutenção do investimento dos principais países-cliente, devido a perda de valor das matérias-primas de que são produtores."*

Além do mais, e ao contrário do que se previa, 2021 não começou bem, na medida em que se agravaram todos os fatores condicionantes da Pandemia, acabando inclusivamente por existir um completo esgotamento da capacidade de prestação de cuidados de saúde, por esgotamento de instalações, equipamentos e sobretudo equipas.

É seguro, portanto, que 2021 não conseguirá recuperar os valores relativos à atividade em 2010.

Claro está que, se para além disso persistir a deterioração do ambiente de negócios, contratação persistente de serviços ao mais baixo preço, o completo desrespeito pela capacidade e qualidade das empresas e profissionais, com persistência de salários incrivelmente baixos, continuaremos o caminho da degradação da capacidade das empresas, com enormes consequências para o futuro.

Feita esta contextualização com recurso à atividade setorial no passado recente, claro que esta crise pandémica veio tornar impossível a concretização das perspetivas de recuperação plena que o ano de 2019 tinha aberto.

Isto apesar de o nosso setor estar longe de ser dos mais afetados diretamente com os efeitos da pandemia do COVID-19, tendo-se mantido sempre a trabalhar, muito embora basicamente em teletrabalho, com redução significativa da produtividade, da partilha de conhecimento e de experiências e da capacidade de formação de equipas de trabalho.

Claro que houve e há desempenhos setoriais muito piores na economia nacional, mas a situação do nosso setor

também é difícil.

Mantem-se a expetativa de que a aceleração do investimento associada ao final do Portugal 2020 e o início da execução do PRR comecem a fazer-se sentir.

Importa aumentar a previsibilidade e a capacidade de planear efetivamente, sem deslizamentos, para que as empresas se possam preparar para o novo ciclo. Importa que se criem condições de estabilidade e previsibilidade no que aos grandes projetos de investimento público respeita. Tem sido muito difícil para as empresas o adiamento que se tem verificado na implementação do investimento público programado.

2. A APPC

Na base do conhecimento do 1º trimestre, tudo aponta para que a APPC conte com cerca de 130 empresas associadas, das quais cerca de 70 são também aderentes ao seguro de grupo de responsabilidade civil profissional.

Quanto à atividade do setor, em termos gerais, ainda que por ora não existam indicadores objetivos e certificados, ter-se-á verificado alguma recuperação no mercado interno, decorrente da reabilitação urbana, edificações e, no domínio das infraestruturas, o início dos trabalhos na ferrovia, tal como já vinha acontecendo no ano anterior.

A grande incógnita nesta altura é o comportamento do mercado internacional, sobretudo nas geografias em que as empresas associadas da APPC predominantemente trabalham.

3. Atividades fundamentais em 2021

Este é um Plano de Atividades de continuidade, em segundo ano marcado pela pandemia, com reflexos desde início de janeiro. É muito difícil saber como o ano vai terminar.

Teremos de estar muito atentos e ser muito flexíveis.

O que adiante diremos deve ser profundamente relativizado. A incerteza é muito grande, devemos estar todos preparados para rever/aprofundar/alterar as opções estratégicas, na exata dimensão da flexibilidade que as organizações nos permitem.

Sendo certo que o nosso setor terá sido em 2020 e será certamente em 2021 daqueles que diretamente foram menos atingidos pela crise pandémica, nem por isso podemos pressupor que a situação não seja extremamente penalizadora daquilo que eram as estratégias e os programas de trabalhos das empresas.

Já quanto ao mercado internacional, continua a pairar grande incerteza. Os mercados tradicionais dificilmente retomarão a curto/médio prazo os níveis dos anos áureos. Na atual situação continua a ser muito difícil definir estratégias de intervenção em relação a novos mercados.

Do ponto de vista da Associação, permanecem os desafios de reforço da sua representatividade e da sua notoriedade, no sentido de melhor poder contribuir para o desenvolvimento do ambiente de negócio das empresas associadas.

Elemento absorvente da atividade de 2017, 2018, 2019 e início de 2020 foi a concretização do Projeto que candidatámos ao SIAC- Sistema de Apoio a Ações Coletivas- Internacionalização, no quadro do Compete - Portugal 2020. O exercício de 2020, já em extensão da execução, foi o de finalização da execução do projeto.

O **Projeto Engenharia e Arquitetura no Mundo**, submetido pela APPC em 2017 ao SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas, no quadro do Portugal 2020 e do Programa Operacional COMPETE 2020, que teve como principais objetivos a competitividade e a internacionalização, ficou concluído em abril, depois de terem sido

feitos pedidos de extensão. As últimas extensões acabaram por não ser integralmente aproveitadas, na medida em que as consequências da crise pandémica associada à COVID-19 acabaram por se impor a partir de janeiro, não permitindo que algumas atividades programadas se viessem a concretizar nesse período. Além do mais, a crise pandémica não permitia antever a fase a partir da qual seria possível a retoma da vida normal, como posteriormente se veio a compreender na sua plenitude. Assim, completados que estavam os resultados e objetivos fundamentais do projeto, entendeu-se ser preferível dar por completado o projeto

4. Atividades comuns da APPC

Enuncia-se e analisa-se seguidamente um conjunto de atividades principais inerentes ao quotidiano da APPC:

a. Alargamento da base de associados e representatividade no setor

i. Prosseguimento das ações visando a retenção dos atuais e a angariação de novos associados. Com uma perspetiva positiva e até em decorrência da execução do Projeto SIAC "Engenharia e Arquitetura no Mundo" de suporte à internacionalização das empresas associadas, espera-se que possa ocorrer um reforço do número de empresas associadas, sobretudo nas regiões Norte e Centro. Verificou-se uma tendência regional positiva em 2019 e 2020 que esperamos que persista em 2021. Cremos que o reconhecimento da Associação se adensou. Esperamos que persista esse sentimento de representatividade e aproximação.

ii. Tendo em vista a cada vez maior atividade no mercado internacional, a APPC reforçará a sua atividade nesse domínio, sobretudo em termos de preparação e disponibilização de informação adequada à crescente participação nesse mercado. A execução do Projeto SIAC "Engenharia e Arquitetura no Mundo" terá tido resultados significativos para o reconhecimento internacional da engenharia e arquitetura portuguesas, proporcionando informação útil para uma crescente participação das empresas no mercado internacional. A apresentação das realizações e capacidade do setor junto das Multilaterais financeiras terá contribuído para a afirmação da capacidade do setor no plano internacional.

iii. O reforço de notoriedade é um objetivo essencial, procurando evidenciar as vantagens para que um número crescente de empresas compreenda a vantagem de a APPC reforçar a sua representatividade e, assim, a capacidade de interlocução com as entidades responsáveis pelas políticas públicas e de regulação do mercado.

iv. Continua a ser objetivo a prosseguir o reforço da representatividade da APPC entre as empresas de Arquitetura, subsetor ainda insuficientemente representado. Este subsetor tem sido particularmente bem sucedido nos últimos anos, pelo que importa procurar motivar as empresas para aderir à APPC.

v. Também no domínio dos subsetores da Economia e Gestão, continua a perspetivar-se a implementação de um programa específico de captação de Associados no universo empresarial destas áreas, procurando conquistar uma base mínima de representatividade neste subsetor. Os acontecimentos recentes continuam a não fazer prever facilidades. A participação nas atividades da FEACO continua a ser um ativo com significado.

b. Intervenção junto de Reguladores do Mercado e Clientes

Deve ter-se em conta que os contactos com presença, reuniões, apresentações, seminários, conferências, estão praticamente bloqueados, restando apenas a opção online, web, o que inibe muito a sua possibilidade de realização e a sua eficácia, pelo menos nesta fase de ajustamento. Certamente que muito ficará para o futuro.

i. Prosseguimento de diligências e ações junto das instituições Públicas no quadro da revisão legislativa e novos enquadramentos normativos.
O IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, Imobiliário e Construção é a entidade reguladora do Setor, cobrindo os assuntos próprios do imobiliário e da construção, sendo também a entidade reguladora da contratação pública e das plataformas eletrónicas, a par de outras atividades.

Significa isso que o IMPIC é um parceiro de referência para a APPC, pelo que tem sido possível aprofundar o diálogo.
O CCP Revisto, contem algumas disposições em princípio positivas em obediência ao espírito da Diretiva, muito embora o essencial dependa da postura dos agentes do mercado, sobretudo das empresas contratantes. Efetivamente, embora consagre a utilização do "MEAT- Most Economically Advantageous Tender" ou proposta economicamente mais vantajosa, em português, como processo de avaliação quando os procedimentos de aquisição se referirem a serviços de natureza intelectual ou portadores de conhecimento, como é o caso dos serviços prestados pelas empresas que integram a APPC, ainda acolhe o uso do critério preço como critério de avaliação e adjudicação.
A APPC tem continuado a contribuir com a produção de documentos em que se enquadram as Boas Práticas que gostaríamos de ver adotadas pelos agentes do mercado.
Prevê-se que do funcionamento da Secção de Gestão de Empreendimentos e do Grupo de Trabalho para a Melhoria da Contratação Pública possam resultar propostas e documentos que o IMPIC possa suportar e apoiar a sua disponibilização a diferentes parceiros do mercado, de uma forma mais institucional.

ii. A circunstância de a APPC ser membro fundador da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário e membro da sua Direção, abre também a possibilidade de uma intervenção ativa noutras instâncias onde a APPC de per si não teria capacidade de intervenção.
A CPCI tem sido elemento ativo no diálogo com o Governo, procurando motivar a melhoria do enquadramento da fileira. A sua capacidade de intervenção tem vindo a ser ampliada, sendo reconhecida pelo Governo enquanto representante da fileira. A APPC continuará a procurar contribuir ativamente para um quadro de reativação do nosso setor.
Embora com incidências diferenciadas, tem continuado a persistir uma acentuada coerência nas posições da fileira, mercê do diálogo que tem sido possível manter. Esta capacidade ter-se-á vindo a adensar nesta particular fase de dificuldades.
Claro está que o contexto atual de inibição de contactos não favorece a plena dinamização deste tipo de instituições.

iii. A APPC é membro da PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção. Trata-se de mais um importante Fórum de discussão, que tem vindo a apresentar algum dinamismo. Foi já reconhecido o Cluster AEC - Arquitectura, Engenharia e Construção, dinamizado pela PTPC, em que a APPC participa. Diversos projetos de natureza estratégica têm vindo a ser financiados no quadro do Cluster, o que se tem vindo a intensificar. A APPC é membro do Conselho Estratégico e tem participado em todas as principais atividades.

iv. A APPC integra o Fórum dos Serviços, iniciativa da CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, que reúne diversas associações empresariais, empresas e individuais convidados. O grande objetivo é zelar pelo reconhecimento da importância dos serviços na fase atual de desenvolvimento do país, setor que apresenta grande dinamismo e que é importante fornecedor dos outros setores. O Fórum dos Serviços revela-se cada vez mais como um importante fórum para identificação de forças, tendências e opiniões. Naturalmente que a falta de contato entre os membros não permitiram o seu funcionamento na plenitude em 2020.

v. A APPC é membro fundador da PPA - Parceria Portuguesa para a Água e tem acompanhado as suas atividades, focadas na oferta nacional integrada na fileira da água e sua promoção no mercado internacional. A PPA envolve Universidades, centros de investigação, associações, instituições e empresas de setores convergentes. Importa reforçar o potencial do setor empresarial neste desígnio, procurando reequilibrar o peso relativo do setor mais institucional.

vi. A APPC é membro da APMEP - Associação Portuguesa dos Mercados Públicos. A APMEP reúne profissionais individuais, empresas, universidades e outras organizações públicas e privadas, de diferentes setores com interesse na temática da contratação pública. A APPC colabora ativamente com a APMEP, sobretudo na defesa dos melhores conceitos e abordagens em matéria de contratação pública e de regulação das

plataformas eletrónicas. Foi desenvolvido importante esforço de comunicação em torno da revisão do CCP, fazendo chegar ao Governo o ponto de vista dos operadores do mercado.

Também neste caso a ausência de eventos ditos convencionais foi relevante, inibindo o reforço do conhecimento das partes e respetiva capacidade de convergência.

vii. Aprofundar o diálogo com potenciais clientes públicos e privados
Pretende-se dar a conhecer as capacidades do setor, obter informação sobre os planos de investimento e "procurement" dos clientes e influir no sentido da melhoria dos procedimentos de procura e contratação de serviços.

Os trabalhos das Secções especializadas e dos Grupos de Trabalho sobre questões transversais constituem um elemento decisivamente importante para o sucesso destas ações. Trata-se de ações direcionadas para clientes específicos e adaptadas à natureza e forma da contratação dos serviços respetivos.

viii. Naturalmente que o sucesso de algumas destas ações sairá bastante reforçado se elas forem empreendidas com parceiros da APPC, designadamente as Associações da Fileira da Construção reunidas na CPCI, a PTPC, a APMEP e as Ordens Profissionais relevantes.

c. Funcionamento das Secções e Grupos de Trabalho no quadro da APPC

i. Os trabalhos das Secções Especializadas visam o reforço da capacidade de discussão técnica especializada, indispensável à formação de opinião por parte da APPC e à disseminação do conhecimento.
As secções devem envolver um número de empresas adequado para a prossecução dos seus objetivos, motivando uma maior proximidade entre os associados e o dia-a-dia da Associação.
As Secções inicialmente instaladas eram as seguintes:

- Infraestruturas de Transportes;
- Água e Saneamento;
- Ambiente e Ordenamento do Território;
- Edificações e Urbanismo;
- Produção de Energia;
- Gestão de Empreendimentos.

Nos últimos anos, consideradas as preocupações dos responsáveis das empresas e a sua grande ocupação em torno do mercado internacional, não foi possível manter atividade regular das Secções Especializadas.

Em 2019 foi possível ativar, com grande sucesso, a atividade da Secção de Gestão de Empreendimentos, liderada pelo Engº Alexandre Portugal, (COBA).

O Programa de Atividades da SGE encontra-se estabilizado, prevendo-se que funcione pelo menos em boa parte do ano de 2021. As suas atividades encontram-se bem descritas no Relatório de Atividades atrás incluído.

ii. Os Grupos de Trabalho constituídos em torno de temas transversais às diferentes secções continuam a ser considerados como sendo da maior utilidade para a formação de opinião qualificada por parte da APPC. Em coordenação com as secções, alargam o núcleo de empresas com participação ativa nas atividades da APPC.

Pela importância das preocupações e temas em discussão, encontra-se em funcionamento o Grupo de Trabalho para a Melhoria da Contratação Pública com um ambicioso Programa de Trabalhos.

O Programa de Atividades do Grupo de Trabalho encontra-se estabilizado, prevendo-se que funcione ainda em boa parte do ano de 2021. As suas atividades encontram-se bem descritas no Relatório de Atividades atrás incluído.

d. Participação nas atividades das Federações Internacionais

i. EFCA

A APPC continua a ser uma associação ativa em todas as atividades da EFCA.

A APPC já presidiu à EFCA e já por diversas vezes integrou o *Board*.

A EFCA representa a FIDIC na Europa. Esse reforço de coordenação permitiu racionalizar os Comités e Grupos de Trabalho, com ganhos de eficiência e financeiros, no plano global.
Continuará a ser dada particular atenção à difusão de informação que possa ser útil aos associados da APPC, existindo uma área no site onde se encontra a informação mais relevante emanada dos Comités e Task Forces.

A EFCA tem dedicado assinaláveis esforços à melhoria do ambiente de negócios na Europa, utilizando também o conhecimento e experiência que decorre do funcionamento dos Comités.

As reuniões dos Comités e as reuniões de D&S funcionaram em plataforma informática em 2020 e funcionarão certamente dessa forma em boa parte de 2021.

A APPC participa no comité do Mercado Interno Europeu, que se tem dedicado às questões em torno da Diretiva Comunitária e mecanismos associados à boa avaliação das propostas, bem como no Comité sobre a Ajuda Externa Europeia, que tem vindo a debruçar-se sobretudo sobre as revisões do PRAG e novos instrumentos de cooperação.

A APPC participará, também, nas reuniões de Diretores e Secretários Gerais (D&S) que têm vindo a ser promovidas e que visam a informação geral e específica sobre a atividade da EFCA e a partilha de informação sobre a situação do setor nos diferentes países e as suas perspetivas em termos internacionais.

A Assembleia Geral e eventos paralelos serão realizados online, no início de junho, como habitualmente.

Em 2022 os eventos voltarão ao formato tradicional, desta feita com a Conferência, a realizar em Istambul no início de junho.

ii. FIDIC

A FIDIC reestruturou a sua estrutura e modelo organizacional e tem vindo a alargar substancialmente a composição do seu staff, que permanece baseado na Suíça - Genebra.
Foram editadas a partir do final de 2018 novas versões dos principais guias contratuais.

A APPC continuará a acompanhar as atividades da FIDIC, delas extraindo a informação útil a veicular aos Associados.

Têm sido realizados um conjunto de “webinars” de inegável interesse.
A Assembleia Geral, a Conferência e reuniões conexas decorrerão no início de setembro, desta feita ainda em modo online. No próximo ano serão organizadas em Genebra.

iii. FEACO

A FEACO reforçou e consolidou a sua representatividade e pretende encetar uma fase de renovada dinâmica.

Têm vindo a ser organizados “webinars” com maior frequência do que aquilo que eram as reuniões antes realizadas em presença, o que se prevê que possa continuar a acontecer em 2021.

Uma empresa associada vem participando no Comité de "Procurement".

iv. **FEPAC**

A APPC aderiu em 2011 à FEPAC, a Federação Pan-americana de Consultores, reunindo as Associações representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Venezuela e Espanha. Mais associações estão em processo de reaproximação da FEPAC.

A APPC tem celebrado Protocolos de Cooperação com uma boa parte desses países, o que pode proporcionar a informação de que as empresas associadas careçam.

Disponibilizar-se-á informação aos Associados sobre o seu funcionamento e sobre a evolução dos mercados abrangidos pela Federação.

A APPC participa nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Comité Executivo, realizadas "online" em 2020, prevendo-se que assim possa continuar a acontecer em 2021, com poucas exceções, crê-se.

e. Divulgação de Informação e Comunicação com os Associados e com a Sociedade

i. **Comunicação institucional**

Constitui objetivo permanente o desenvolvimento de uma política sistemática de comunicação que permita reforçar a capacidade de dar a conhecer as preocupações e ambições do setor.
Este trabalho, exigindo que se encontrem adequada e fundadamente expressas as posições da APPC, determina um maior envolvimento dos associados na vida e na formação de opinião da Associação.

ii. **Site**

O site da APPC é a principal plataforma de divulgação da Associação e das suas empresas associadas, sendo também o principal meio técnico usado para a comunicação entre a APPC e os Associados.
O site internacional, atualizado tecnologicamente, com apresentação em português, inglês, espanhol e francês, produzido no âmbito do projeto Engenharia e Arquitetura no Mundo, financiado no âmbito do Projeto SIAC, tem tido interessante uso e visitação.

Também o filme sobre as realizações da engenharia e arquitetura portuguesa, se encontra disponível no site.

Assim, assumem particular relevância a atualização das Fichas das empresas associadas (em português, inglês, francês e espanhol), a divulgação de Notícias e Circulares com informação relevante para o Setor, a síntese mensal de legislação relevante, estudos e outros elementos com interesse que cheguem ao conhecimento da Associação por via das Federações Internacionais, Instituições nacionais ou internacionais ou que resultem de protocolos de troca de informação com outras Associações Empresariais ou com Ordens Profissionais. A vertente internacionalização está bastante reforçada e agora colocada na área pública. Nesse módulo de "Internacionalização", encontra-se desenvolvida uma aplicação de suporte à atividade internacional, desde logo o suporte à identificação de oportunidades de negócio, a informação de caracterização dos mercados tidos como prioritários e um repositório de informação relevante sobre mercados prioritários que não se encontra noutras áreas.
Para facilitar a leitura de Circulares, o próprio conteúdo surgirá na folha de rosto do email de divulgação ou como seu anexo, poupando tempo e meios no acesso à informação.
Encontram-se criadas áreas com a informação que é tratada nos Comités e Task Forces da EFCA em que a APPC participa, cuja utilização por parte dos Associados importa incentivar.

Continuará a ser atualizada a área dedicada ao Apoio e Interpretações Jurídicas, na qual constam os pareceres e interpretações emitidos a pedido dos associados e que revelem interesse geral, bem como outros que se entenda relevantes para a generalidade dos associados.
Também os casos de que a Associação tome conhecimento, por via dos seus associados, de eventuais desvios em relação ao bom uso e interpretação das normas da contratação pública, e em que a APPC tome alguma iniciativa junto da entidade promotora do procedimento de contratação, serão em geral divulgados aos associados.
Continuaremos a alargar o uso do Linkedin enquanto ferramenta de comunicação, que permite a interação com interlocutores relacionados com a atividade de Consultoria e Projeto, integrem ou não o conjunto de empresas associadas na APPC. A gestão da rede social profissional manter-se-á estreitamente articulada com o site, para ele remetendo o desenvolvimento dos tópicos abordados.

iii. **NewsLetter**

No passado recente tem-se privilegiado a produção de uma Newsletter, um instrumento de comunicação mais flexível, mais centrado na oportunidade e menos formal. O ritmo a que as coisas acontecem proporciona com frequência oportunidades de tomada de posição que devem ser comunicadas o mais rapidamente possível.

Os resultados têm sido bastante positivos. Continuaremos a privilegiar comunicação frequente, oportuna e concisa.

f. Sessões Públicas, Seminários e Workshops

Muito importantes para a divulgação da imagem do setor e da APPC, prosseguir-se-á com a organização de eventos sobre matérias técnicas e/ou sobre assuntos de interesse para o setor.

g. Internacionalização e Relações de Cooperação

A internacionalização é um dos grandes desígnios das empresas do Setor, pelo que continuará a ser tema absorvente da atividade da APPC. Recorde-se que o Projeto SIAC “Engenharia e Arquitetura no Mundo” se encontrava totalmente orientado para a promoção da atividade internacional das empresas do setor.
No quadro da Comissão de Acompanhamento do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais, constituído pelo GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e pela AICEP Portugal Global, que visa incrementar a informação disponível sobre a atividade das instituições financeiras internacionais, de molde a “alavancar” a participação de empresas portuguesas em contratos financiados pelas Instituições Financeiras Internacionais Multilaterais de que Portugal faz parte, a APPC assumiu a colaboração com as demais entidades no sentido de retomar, após esta fase da pandemia, um programa de capacitação e formação que permita retomar experiências anteriores.

Finalmente, e enquanto membro do “Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento”, a APPC continuará a ter uma participação ativa e a apresentar sugestões no sentido de que o setor privado possa ter uma importância crescente no quadro da política de cooperação.

B - ORÇAMENTO

Apresenta-se seguidamente o Orçamento para o ano de 2021, correspondente às atividades enunciadas:

PROVEITOS

Quotizações	157.000 €
Prestação de Serviços- Seguro	140.000 €
Total de Proveitos	**297.000 €**

CUSTOS

Despesas com Pessoal	112.000 €
Seguro	102.400 €
Comunicações	2.000 €
Honorários e trabalhos especializados	25.500 €
Deslocações e Estadias	16.500 €
Quotizações das Federações	19.800 €
Amortizações	5.200 €
IMI	1.600 €
Outros diversos	12.000 €
Total de Custos	**297.000 €**
IRC	**1.000 €**

Nota:

Autonomamente ao orçamento corrente, que não inclui as despesas específicas inerentes à execução do Projeto SIAC, prevê-se a utilização parcial da Reserva que transita da APVP (cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de 33.795,54 Euros), nos termos deliberados na Assembleia Geral de 2015, para:

- suportar a quota-parte do financiamento da APPC ao Projeto SIAC. O investimento elegível do Projeto ascende a 402.895,16 Euros, sendo o incentivo correspondente a 85% (342.460,89 Euros), com alguma redução do incentivo concedido nos períodos de prorrogação da execução do projeto para além dos 24 meses iniciais. No orçamento do Projeto encontram-se incluídas algumas componentes que "aliviam" custos correntes (mormente salários), mas, por outro lado, existem algumas despesas adicionais decorrentes da execução do Projeto que não recebem incentivo.

O Projeto foi encerrado em abril de 2020, faltando apenas o recebimento do saldo final. Crê-se que os ajustamentos de fecho já estão refletidos na utilização da Reserva.